



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 165 - Abril 2011

NOSSA OPINIÃO

- [Todos os dias deveria ser o Dia da Terra](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- [México: REDD+ em Chiapas financia doença, morte e confronto intercomunitário](#)
- [Índia: Mulheres lideram a luta por seus direitos sobre a floresta](#)
- [Brasil: OEA solicita parar a construção de Belo Monte](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- [Moçambique: mais denúncias contra a Chikweti, financiada pelo Fundo Nórdico de Solidariedade](#)
- [Brasil: Mulheres do Acampamento Irmã Dorothy Stang em Eunápolis em luta pelo direito à vida, contra o deserto verde de eucaliptos](#)
- [A Stora Enso ganha dinheiro perpetrando crimes ambientais](#)

MUDANÇA CLIMÁTICA

- [As vozes de mulheres nas negociações sobre Mudança Climática](#)
- [“Florestas em exaustão”: um novo ardil para subsidiar as plantações de monoculturas de árvores](#)

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- [Vamos dar voz à floresta!](#)

ARTIGOS NÃO DISPONÍVEIS EM PORTUGUÊS

- [Índia: Ravaged Landscape, Devastated People - Tales of Hydro Power CDM projects in Himachal Pradesh](#)
- [Philippines: A call to stop mining in Palawan](#)
- [Cameroun : les plantations de palmier à huile visent les terres communales](#)

NOSSA OPINIÃO

- Todos os dias deveria ser o Dia da Terra

No dia 22 do mês de abril, celebramos o Dia da Terra, que surgiu da preocupação de ativistas ambientalistas, nos anos 1970, com a contaminação e degradação ambiental que já afetavam a biodiversidade e, a longo prazo, a sobrevivência do planeta. É um dia que tem por objetivo a conscientização da população a respeito desses problemas.

Pode-se afirmar que, desde os anos 1970, a questão ambiental entrou de vez no debate público, repercutindo inclusive no âmbito dos estados nacionais e suas estruturas. Qual país que não tem, atualmente, um Ministério do Meio Ambiente? Diversas conferências sobre o tema, a exemplo da de Estocolmo (1972), do Rio de Janeiro (1992) e de Joanesburgo (2002), foram e continuam sendo organizadas. No próximo ano, inclusive, ocorrerá a conferência Rio +20.

Mas podemos observar também que, apesar do discurso de 'sustentabilidade', a consciência sobre a necessidade de cuidar do planeta ainda não se traduziu em soluções concretas e estruturais, sobretudo por parte daqueles estados que mais contribuem para a poluição e a exploração dos recursos naturais. Em relação às últimas negociações sobre medidas de combate ao aquecimento global, em Bangkok, na Tailândia, a rede de mulheres e mudanças climáticas, chamada Gender CC, observa que os "...compromissos dos países desenvolvidos continuam evitando sua responsabilidade histórica.." enquanto apresentam "...forte confiança em soluções falsas e arriscadas."

Neste boletim, mostramos, mais uma vez, várias dessas falsas soluções que estão se alastrando pela Terra e como elas causam problemas para comunidades locais, como um projeto REDD (Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal), no Sul do México, e projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) em represas na Índia. Mostraremos também de que maneira, na conferência do clima, buscou-se introduzir um novo mecanismo perverso, curiosamente chamado de "florestas em exaustão" (forests in exhaustion). Seu objetivo é expandir ainda mais as monoculturas de árvores em larga escala, semeando mais conflitos ambientais futuramente.

Como a Gender CC afirma acima, os governos que mais contribuem para a degradação ambiental e, portanto, os principais responsáveis para pôr em prática uma conscientização dos problemas ambientais, continuam falhando. Deveriam aprender mais de iniciativas e lições do povo nas suas diversas organizações e movimentos. Queremos destacar, neste boletim, a contribuição cada vez mais importante que as mulheres têm dado na luta pelo meio ambiente.

Citamos, por exemplo, as mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, que ocupam áreas de eucaliptos, os quais servem unicamente para o consumo desenfreado de papel para uma minoria da humanidade no planeta Terra, o que é considerado uma violência grave. Elas plantam, na mesma área, alimentos básicos de que o povo, excluído das sociedades do consumo excessivo, necessita. Vale lembrar que neste mês celebramos também, no dia 17 de abril, o Dia Internacional de Luta pela Terra. Muitas camponesas e muitos camponeses ainda não têm acesso garantido a ela, e as falsas soluções citadas anteriormente acabam

agravando a má distribuição das mesmas. Uma das falsas soluções é a que incentiva as monoculturas para produção de agrocombustíveis, por exemplo.

E damos voz também à Coalizão Asiática de Mulheres Rurais que denuncia as falsas energias limpas, como a energia nuclear, muito debatida desde que ocorreu a catástrofe recente no Japão. A Coalizão chama atenção para o fato de que essas usinas, que continuam se expandindo pela Ásia, “..são construídas na periferia das capitais, colocando o risco e o custo nas vidas da população nestas áreas..”. Afirmam ainda que “A energia gerada por essas usinas nucleares serve para promover o crescimento industrial e econômico, um estilo de vida materialista de algumas pessoas e o poder hegemônico no mundo, que tem sido mantida em detrimento do povo nas áreas rurais.”

Todos os dias deveria ser o Dia da Terra. Todos os dias deveria crescer a consciência de mulheres e homens sobre a situação de crise e risco em que vivemos, o que é de suma importância para fazer frente às falsas soluções que as empresas e governos dos países mais poluidores defendem, bem como a suas conseqüências nefastas.

[index](#)

COMUNIDADES E FLORESTAS

- México: REDD+ em Chiapas financia doença, morte e confronto intercomunitário

No México, o desmatamento avança em ritmo acelerado, ao compasso de diversos megaprojetos: a rápida expansão de monoculturas industriais de dendzeiros e plantações de jatrofa para a produção de biocombustível; a construção de barragens; as concessões mineiras; a criação de centros de reassentamento de complexos pré-fabricados em locais estratégicos de extração de recursos e reconversão da terra; o turismo em grande escala; as estradas, que viabilizam os projetos.

O chamado “desenvolvimento” embrenha-se não apenas na floresta mas em territórios indígenas e comunidades camponesas cuja resistência à expulsão- definida como “cultural e física”- tem sido violentamente reprimida, deixando um saldo dramático de detentos, feridos e mortes.

A expansão dos negócios aproveita agora o grave problema da mudança climática, uma de cujas causas- embora não seja a primeira- é o desmatamento.

Os interesses que lutam com todas as forças para não modificar um sistema econômico que confluiu para esta ameaça mundial, tentaram encontrar a virada do problema e criaram- entre outros vários subterfúgios- o mecanismo denominado REDD (redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas). Esta estratégia, que atribui valor financeiro ao carbono- expressado em “créditos de carbono”- contido nas árvores, conta com o argumento de ser um incentivo econômico para que os países em desenvolvimento considerem mais rentável proteger as florestas do que cortá-las.

A outra face da moeda é que, por um lado, os países ricos que compram os créditos de carbono podem continuar poluindo, e por outro lado, as comunidades que

dependem das florestas são expulsas e têm o acesso negado a locais que até agora consideravam suas terras.

O governo mexicano está filiado à concepção mercantil das florestas, consideradas como meros reservatórios de carbono, e tem acolhido com entusiasmo a estratégia REDD. Como documenta Gustavo Castro Soto (1), o estado de Chiapas “toma a dianteira na corrida pelo negócio da mudança climática, colocando suas florestas, selvas e plantações de monoculturas a serviço do mercado de carbono. Mais uma vez, o subsídio do estado às empresas é moldado no negócio da crise climática com a participação de ONGs conservacionistas empresariais, transnacionais, a serviço do lucro ambiental... Assim, desde 2009, o governo de Chiapas iniciou a construção do Programa de Ação diante da Mudança Climática em Chiapas (PACCCCH) financiado pela embaixada britânica e Conservação Internacional (CI) como ator chave para seu desenvolvimento”.

O relatório informa que os projetos- piloto que tem Conservação Internacional para 2011 em Chiapas- onde existe um milhão 300 mil hectares considerados reservas naturais, das quais quase 50 por cento estão na selva Lacandona- entram no esquema do acordo assinado em novembro de 2010 entre os governadores da Califórnia, Arnold Schwarzenegger; de Chiapas, Juan Sabines Guerrero; e do Acre- Brasil, Arnóbio Marques de Almeida Junior, no contexto da Terceira Cimeira Global de Governadores diante da Mudança Climática celebrada na Califórnia, Estados Unidos. Esse acordo estabelece as bases para iniciar um mercado de compra e venda de bônus de carbono, integrando REDD e outras atividades de carbono florestal aos quadros reguladores dos Estados Unidos e outras partes.

Isso implica que as autoridades de Chiapas devem gerar as condições para a compra de bônus de carbono.

Daí o convênio que em dezembro de 2010 subscreveu o governador de Chiapas com as comunidades da Selva Lacandona, que, como anuncia o mencionado relatório, serão usadas pelo governo “para confrontar-se com outras organizações e comunidades indígenas e camponesas ao promover sua expulsão inclusive com violência”. Nesse sentido, o governador de Chiapas arengou os comuneiros com estas palavras: “você vão comprometer-se a cuidar das reservas, (a) que ninguém entre nelas, a cuidar que ninguém retire as árvores, a cuidar que ninguém entre para caçar, vão cuidar dela para todo o planeta, para todo Chiapas, para todo o México, para toda a humanidade você vão cuidar dela.” Contudo, para as regiões contíguas excluídas da área destinada à venda de carbono, o governo garantiu que continuará a expansão das agroindústrias, dos complexos turísticos, das plantações industriais de dendezeiro, entre outros empreendimentos.

O projeto REDD tem como cenário uma região onde as comunidades camponesas, como descreve Jeff Conant em um exaustivo relatório do percurso recentemente realizado pela área (2), têm convivido com a selva abrindo espaços produtivos para plantarem milho e feijão, mas resistindo aos empreendimentos destrutivos da agroindústria: pecuária, desmatamento ilegal de madeiras preciosas, exploração petroleira.

A resposta das autoridades foi a aplicação de programas arbitrários de “proteção

florestal”. Criaram reservas excludentes, como a Biosfera Montes Azules, e expropriaram diversas áreas contíguas. Contudo, o movimento camponês em defesa de seu território, recursos e cultura indígena iniciado pelas comunidades de Amador Hernández- área núcleo da Reserva de Montes Azules, e outras dezenas das regiões vizinhas, conseguiu deter em 2008 a execução da expropriação.

Mas as pressões têm sido fortes. Os investidores do projeto REDD+ ,incentivado pelo governo estatal e federal para ser apresentado em Cancun na COP16, exigiam a certeza jurídica sobre o território. Diante disso, segundo denuncia o COMPITSCCH (Conselho de Organizações de Médicos e Parteiras Indígenas Tradicionais pela Saúde Comunitária em Chiapas) (3), em abril de 2010, sem aviso prévio nem explicação, o governo retirou o pessoal médico e suspendeu o fornecimento de medicamentos e os traslados aéreos para os casos urgentes na região Amador Hernández. Com certeza, isso foi com o intuito de punir e dobrar uma região com histórico de resistência. Esta medida, em um contexto de histórica medicalização indiscriminada e falta de ações de promoção e educação para a saúde, disparou a morbidade. E foi por esta fenda de dependência- a saúde regional medicalizada- por onde se tentou dobrar, por morte e doença, os rebeldes, as crianças e idosos primeiramente.

Conforme relata o COMPITSCCH, “As crianças, carentes de vacinas, têm adoentado às centenas e dezenas deles tiveram que ser trasladados de emergência a centros hospitalares, como o hospital San Carlos no municipio vizinho de Altamirano. As febres não recuam e mantêm elevados picos febris durante semanas; alguns deles apresentam quadros de asfixia e de dedos azulados, outros desenvolvem uma persistente tosse seca típica da tosse ferina. Há casos de convulsões por dificuldades respiratórias, e ocasionais desmaios, mas nestes casos parece que a causa estaria em um mar de parasitas que entopem as vias altas”.

No início deste mês, a assembléia comunitária de Amador Hernández enviou uma carta aberta (4) a autoridades do governo federal reclamando o restabelecimento do serviço de saúde e exigindo ao governo de Chiapas, entre outras coisas: “que suspenda o projeto REDD+ estatal na Comunidade Zona Lacandona por constituir um plano de contra insurgência que promove o confronto com as comunidades vizinhas” e “que deixe de enganar os povos indígenas sobre o objetivo climático do projeto REDD+ em Chiapas e declare seu propósito real: conservar e recuperar a biodiversidade das áreas mais ricas para entregá-las ao controle e exploração transnacionais”.

Esta carta foi apoiada e transmitida como alerta de ação internacional por varias organizações sociais de diferentes países do mundo, que chamaram a firmá-la e enviar nome, afiliação institucional (se tiver), país, e endereço de correio eletrônico para: contact@globaljusticeecology.org

A assembleia da comunidade Amador Hernández de Chiapas tem claro o significado do projeto REDD+: “Para os povos indígenas que livre e com valentia tem decidido caminhar seu destino em um caminho diferente do regime político e sistema econômico aquele que tuvo volta mercadoria e lixo, o mal governo envia doença e morte lentas, e projetos que fortaleçam sua confrontação intercomunitária, hojr pagada com os recursos do REDD+. E tudo planejado em nome e ao serviço da humanidade.”
Artigo elaborado en base à informação obtida de:

- (1) “EnREDDar a Chiapas”, El Escaramujo, Gustavo Castro Soto, Otros Mundos AC/Amigos de la Tierra México,
<http://www.otrosmundoschiapas.org/index.php/component/content/article/118-el-escaramujo/897-el-escaramujo-enreddar-a-chiapas.html>
- (2) A Broken Bridge to the Jungle: The California-Chiapas Climate Agreement Opens Old Wounds”, by Jeff Conant, Communications Director at Global Justice Ecology Project, correo electrónico: jefeconant@gmail.com, <http://climate-connections.org/2011/04/07/a-broken-bridge-to-the-jungle-the-california-chiapas-climate-agreement-opens-old-wounds/> ,
- (3) “La salud como instrumento de represión y exterminio: El caso de la región Amador Hernández, Reserva de la Biosfera de Montes Azules”, pronunciamento del Consejo de Organizaciones de Médicos y Parteras Indígenas Tradicionales por la Salud Comunitaria en Chiapas (COMPITSCCH),
<http://wrm.org.uy/paises/Mexico/COMPITSCCH.pdf>
- (4) “Alerta de acción: Retiro de Servicios de Salud en Amador Hernández, Chiapas, en avance del REDD +”; <http://www.globaljusticeecology.org/connections.php?ID=544>

[index](#)

- Índia: Mulheres lideram a luta por seus direitos sobre a floresta

A falta de reconhecimento dos direitos territoriais de povos indígenas e outros povos tradicionais foi identificada como uma das principais causas subjacentes do desmatamento.

Na Índia, as iniquidades na posse da terra originadas por estruturas sociais profundamente arraigadas bem como pela divisão decorrente do colonialismo resultaram na apropriação de terras florestais por parte do estado. O processo típico tem sido a perda da floresta em favor de uma pleora de empresas comerciais que deslocaram as comunidades florestais que tinham defendido as florestas dos assaltos colonialistas e resistido a várias explorações comerciais na era pós- colonial.

A perda dos direitos territoriais sofrida pelas comunidades locais é o grande pano sob o qual outra iniquidade se desenvolve: as mulheres são especialmente marginalizadas do acesso aos recursos florestais e do controle sobre a terra.

No entanto, a conscientização de elas também ser importantes atores da mudança é cada vez maior entre as mulheres..

Na esteira do Dia da Mulher e em memória de Bharati Roy Chowdhury- uma mulher ativista que lutou duramente pela inclusão dos direitos humanos na Lei de Direitos Florestais na Índia (FRA, 2006)- um comunicado de imprensa (1) informa que aproximadamente cem mulheres líderes de 7 estados se reuniram neste ano em Dumka, no estado de Jharkhand, para uma consulta sobre os direitos das mulheres sob a Lei de Direitos Florestais de 2006. (vide Boletim Nº115 do WRM)

O ponto de encontro é de fato um local relevante. Dumka tem sido uma terra de resistência desde o século XVIII onde as comunidades locais se revoltaram contra as políticas britânicas para protegerem seus direitos tradicionais sobre as florestas e seu

território. O banho de sangue sobre os Adivasis de Jharkhand e Dumka fez com que salvassem suas terras e florestas. Phulo e Jhano, duas líderes tribais da revolta foram assassinadas pelos britânicos.

As mulheres que participaram do encontro discutiram a nova legislação sobre direitos florestais e os motivos por que o estado não está interessado em implementar essa Lei. Também reconheceram a necessidade de ser reconhecidos os direitos das mulheres aos recursos florestais comunitários. Elas perceberam que “é muito importante que as mulheres estejam na vanguarda e liderem a implementação dos direitos comunitários no país todo.”

Como resultado do encontro, foi conformado um Comitê de Ação em Direitos Florestais das Mulheres, “com o intuito de acelerar o processo de implementação da Lei particularmente no tocante ao manejo e controle das mulheres sobre os direitos comunitários e as pequenas produções florestais.”

O papel do Departamento Florestal também foi analisado de modo crítico e surgiu uma forte posição de o DF ser substituído por um manejo florestal comunitário liderado por mulheres sobre os 7,5 milhões de hectares de terras florestais.

Na consulta, foram tomadas diversas decisões importantes que incluem aumentar a conscientização entre as mulheres das cláusulas da Lei, apresentar reclamações coletivas por parte das mulheres em vários locais onde a organização popular é forte, e formar cooperativas de mulheres para manejar e controlar a pequena produção florestal e expulsar o Departamento Florestal das florestas.

Outro encontro em nível nacional será celebrado com a presença de maior número de líderes para ampliar o Comitê de Ação.

As mulheres que participaram do encontro perceberam que elas são as principais produtoras e protetoras da floresta e como tais buscam seus direitos.

Artigo baseado em informação obtida de (1) “Announcement of formation of ‘Women Forest Rights Action Committee’”, enviado por Roma, NFFPFW (Kaimur) / Human Rights Law Centre, e-mail : romasnb@gmail.com, <http://jansangarsh.blogspot.com>

[index](#)

- Brasil: OEA solicita parar a construção de Belo Monte

Em 04 de abril, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) solicitou oficialmente que o governo brasileiro suspenda a paralisação imediata do processo de licenciamento e construção do Complexo Hidroelétrico de Belo Monte, no Pará.

De acordo com a CIDH, cada uma das comunidades tradicionais da bacia do rio Xingu afetadas pela construção da usina devem ser consultadas de maneira “prévia, livre, informada, de boa-fé e culturalmente adequada”.

A decisão da CIDH é uma resposta à denúncia encaminhada em novembro de 2010

em nome de varias comunidades tradicionais da bacia do Xingu pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Prelazia do Xingu, Conselho Indígena Missionário (Cimi), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), Justiça Global e Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA), e está respaldada na Convenção Americana de Direitos Humanos, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Declaração da ONU sobre Direitos Indígenas, na Convenção sobre Biodiversidade (CBD) e na própria Constituição Federal brasileira (Artigo 231).

Mais informações: <http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/05/organizacao-dos-estados-americanos-determina-suspensao-imediata-de-belo-monte/>

[index](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Moçambique: mais denúncias contra a Chikweti, financiada pelo Fundo Nórdico de Solidariedade

Há alguns anos, as comunidades camponesas da província de Niassa, no norte de Moçambique, lutam contra a expansão das monoculturas de pinus e eucalipto. Essa expansão tem causado problemas porque está se dando sobre as chamadas machambas, áreas onde as famílias camponesas plantam alimentos. Agora, as comunidades ganharam um importante reforço na sua luta.

Depois das denúncias da União Nacional de Camponeses de Moçambique (UNAC), sempre baseadas em informações obtidas em campo pela União Provincial de Camponeses de Niassa (UPCN), e do WRM (1), também a Direção Nacional de Terras e Florestas (DNTF), órgão governamental do país, fez denúncias, através do relatório de uma pesquisa de campo sobre a atuação das empresas de pinus e eucalipto na região, principalmente da empresa Chikweti.

O jornal local Faisca de Niassa, na sua edição de 25 de fevereiro de 2011, noticia que o DNTF concluiu que a empresa Chikweti, principal empresa na região, ocupa nada menos que 32 mil hectares de forma ilegal, além dos 30 mil hectares concedidas pelo governo e mais 14 mil hectares que estão em fase de análise para obter concessão. Essa informação confirma as denúncias da UNAC e dos camponeses e camponesas ouvidos pelo WRM na sua visita à região de que as empresas se expandem além das áreas concedidas oficialmente a elas.

O relatório confirma também as denúncias de que os processos de consulta às comunidades não foram realizados de forma correta pela empresa. Enquanto a empresa buscou restringir as conversas ao líder da comunidade - chamado régulo -, prometendo empregos e recursos, a comunidade acabou não sendo ouvida e se revoltou posteriormente contra suas próprias lideranças. Segundo o jornal local, "um administrador de distrito acusou a Chikweti de arrogância e 'falta de responsabilidade social'.

O artigo comenta também que o relatório do DNTF cita a invasão das machambas

pelas plantações de árvores e a distância de apenas 10 metros das plantações até as casas das comunidades. Segundo o estudo, “quando negociou o estabelecimento da plantação, a Chikweti disse que iria plantar apenas em áreas marginais, mas de fato invadiu terra agrícola produtiva”. O jornal afirma que no posto administrativo de Maniamba, a empresa invadiu as terras da comunidade local com promessas de compensação que não foram cumpridas. Segundo a UNAC, os camponeses revoltados arrancaram as plantações da empresa.

E por fim, conforme o jornal, o relatório do DNTF denuncia também o desmatamento de áreas de floresta nativa de frutíferas, usadas pela população, no distrito de Sanga.

O artigo do jornal local chama a atenção também do investidor principal na empresa Chikweti, que é um fundo chamado “Fundo Global Florestal de Solidariedade” (“Global Solidarity Forest Fund”) (GSFF). Esse fundo Nórdico, com sede na Suécia, foi criado pela Diocese de Vasteras e a Igreja Luterana da Suécia, além da entidade Doação da Igreja Luterana Norueguesa (Norwegian Lutheran Church Endowment – OVF). Outro investidor no GSFF é o fundo de pensão holandês ABP.

Pergunta-se: qual a opinião desse Fundo de Solidariedade Global e seus investidores sobre as denúncias que agora vêm de um órgão do próprio governo de Moçambique? É urgente que haja uma análise e posicionamento deles sobre o assunto, até porque as denúncias demonstram que na ação da Chikweti não há nada de solidariedade, ao contrário, é uma atuação que busca fazer lucros em detrimento das comunidades camponesas.

Isso ganha importância num momento em que a empresa Chikweti busca a certificação do manejo das suas plantações de pinus e eucalipto pelo sistema do FSC, que garante o “bom manejo florestal”, através da certificadora Soil Association.

Conforme foi mostrado no Boletim anterior (164), o FSC tem sido extremamente criticado por certificar, com seu ‘selo verde’, plantações de monoculturas de pinus e eucalipto no mundo inteiro. A certificação da Chikweti (, ou seja, é até possível que também a Chikweti se certifica! Isso) seria mais um passo equivocado no caminho de erros cometidos pelo FSC até hoje, além de ser uma afronta às comunidades camponesas de Niassa que sofrem diretamente com os problemas causados pela Chikweti. Lembrando que a Lei das Terras de 1997, de Moçambique, garante aos camponeses e às camponesas, que são a maioria da população do país, o acesso a suas terras, tão fundamental para garantir a segurança e soberania alimentar.

Em março deste ano, o Centro Cooperativo Sueco (CCS) facilitou um encontro entre Chikweti, governo e sociedade civil. No entanto, conforme a UNAC em Niassa, o encontro não permitiu o diálogo. Mesmo assim, uma comissão foi instalada para continuar os debates sobre Chikweti. (Ao mesmo tempo, ocorreu outro conflito grave na comunidade de Licgole, onde a Chikweti continua ocupando áreas e expulsando camponeses. Um foi preso e solto dias depois.)

Vale ressaltar também que o problema da Chikweti não é um problema desta empresa apenas. Há dezenas de investidores estrangeiros que vão para Moçambique querendo investir em terras, muitas vezes envolvendo projetos de plantações de monoculturas de árvores e outras para fins de agrocombustíveis.

Segundo informa a UNAC, essas empresas (aliciam comunidades e não atuam com sistemas de produção inclusivos e que possam permitir a transferência de tecnologia.) pedem a terra em troca de benefícios ou negociam a terra com os camponeses em troca de benefícios (empresa e camponês sem o governo) que, por sua vez acabam em conflitos por falta de honrar as promessas. Quando os conflitos se tornam insustentáveis é que pedem o apoio do governo.

Em geral, as empresas aparentam uma 'fome' por terra enorme, visto que entre 2004 e 2009, conforme o jornal *Faísca*, as concessões envolvem quase 3 milhões de hectares de terras em Moçambique. Enquanto a 'fome' das empresas tem sido atendida, a segurança e soberania alimentar do povo moçambicano continuam gravemente afetadas.

Artigo baseado nas informações da UNAC (União Nacional de Camponeses de Moçambique) e no *Jornal Faísca de Niassa*, Moçambique, Edição de 25/02/2011.

(1) veja coleção WRM sobre as plantações no. 14: O avanço das monoculturas de árvores: impactos sobre as comunidades camponesas na província de Niassa

[index](#)

- Brasil: Mulheres do Acampamento Irmã Dorothy Stang em Eunápolis em luta pelo direito à vida, contra o deserto verde de eucaliptos

Na noite do dia 27 para o dia 28 as mulheres do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chegaram de todas as partes do Extremo Sul da Bahia no local, onde mais tarde viria a ser o acampamento Irmã Dorothy Stang, em homenagem a esta irmã Americana que lutava pela reforma agrária no estado do Pará mas foi brutalmente assassinado em 2005. Muitas delas carregavam os seus filhos e filhas como se fossem para a melhor festa do planeta. E por volta das 4:00 horas, do dia 28, antes mesmo que o Rei Sol surgisse no horizonte, centenas de árvores inúteis do deserto verde de eucaliptos tombavam numa área de cerca de 8 mil hectares da Veracel Celulose, a maior proprietária de terras do Estado da Bahia. E foi assim durante os 10 dias que resistem no local.

Todas as manhãs as mulheres tomadas pela consciência de que o 'modelo de desenvolvimento' baseado no latifúndio; no agronegócio não poderá ser tolerado pois é responsável pela destruição da biodiversidade, cortam eucalipto e plantam alimentos. São cerca de 1500 mulheres de todas as idades, credos e cores. Cozinhas, barracos, plantios, escola, posto de saúde, construídos coletivamente. Uma verdadeira lição de cidadania e amor!

Debaixo de lonas pretas sob sol escaldante, movidas pela esperança de viver em paz com todo direito ter direitos iguais avançaram sobre um dos maiores ícones da prepotência humana. A paisagem monótona e sem vida dos eucaliptais, deu lugar a barracos gigantes, com vozes, crianças, brincadeiras e muita alegria. Começam a chegar também os vendedores ambulantes, que excluídos do tal 'mercado de trabalho' aproveitam para ganhar o sustento. As mulheres transformaram o deserto em uma cidade criativa e diferente.

Este deserto monocultural muitos acreditam ser impermeável. Mas as mulheres, trabalhadoras rurais sem terra, expatriadas em seu próprio país, cansadas de viver precariamente não aceitam mais viver sob o jugo dos colonizadores. Stora Enso, Fíbria, Suzano, Arcelor Mital, BNDES ou qualquer outro monstro que aproxime será enfrentado e com suor e trabalho serão transformados. Muitas pessoas vieram, de perto e de longe engrossar as fileiras da luta. De todas as partes vieram apoios e conforto.

No dia 4, o trânsito da rodovia BR 101 foi interrompido e as mulheres pediram uma audiência com o Ministro do Desenvolvimento Agrário exatamente na hora em que a Presidenta Dilma Rousseff estava na Bahia, na cidade de Irecê. Elas exigem que as famílias que estão acampadas nas estradas do Extremo Sul da Bahia sejam assentadas. São cerca de 2000 famílias vivendo debaixo de lonas enquanto a região possui cerca de 700 mil hectares de eucalipto. E, durante duas horas, trabalhadores e sociedade aguardaram a liberação da estrada. As mulheres liberaram a BR agradecendo a paciência dos motoristas e informando o objetivo da luta.

O dia 8 de março, começou com uma alvorada, as mulheres cantavam animadas: “Olê mulher renderia, olê mulher rendá, saia do fogão e venha se libertar”. As mulheres do Movimento de Luta pela Terra (MLT) chegaram de outro acampamento para colaborar e participar. Trouxeram leite, farinha, feijão e verduras para complementar o almoço especial do dia Internacional da Mulher e comemorar juntas com emoção. Os alimentos são produzidos no acampamento Baixa Verde do MLT em uma área devoluta (uma área que no passado não foi registrada e portanto pertence ao Estado e deveria servir, legalmente, para a produção em pequena escala de alimentos, porém na qual) a Veracel plantou eucalipto. São 1.333 hectares que agora sustentam cerca de 85 famílias. Se depender das mulheres do acampamento Irmã Dorothy Stang e suas aliadas e aliados a experiência de vida de subordinação, subjugação e discriminação terão dias contados.

Samba de couro, música popular, poesia e mística foram as sobremesas que permearam durante toda a tarde. Políticos, sindicalistas, camaradas de todos os segmentos da sociedade vieram ver de perto a cidade de lona construída por mulheres. A escola, com 280 crianças encantaram o público com cantos, desenhos, místicas e brincadeiras. A oradora militante começa o discurso dizendo que ‘enquanto houver tanta gente sem terra e tanta terra sem gente a luta vai continuar. Não podemos ver nosso país refém de empresas como Stora Enso e Fíbria, que envenena terra e gente. Não queremos ser herdeiros das ruínas que este projeto resultará. O clima já se transformou e certamente virá tempestades e mudanças que nós hoje sequer podemos imaginar. Não podemos apenas assistir. Temos que construir outra realidade’.

As mulheres lembraram também que as empresas que plantam eucalipto e possui fábricas de celulose são também responsáveis pelo aquecimento do planeta. Para plantar eucalipto eles derrubam a Mata, em nosso caso a Mata Atlântica. As empresas usam venenos que tem como base o petróleo, grande responsável pelo aquecimento global e, ainda, no processo de produção de papel, utilizam muita energia e isso causa emissão de carbono. E ainda querem nos fazer crer que estas mesmas empresas podem solucionar o problema. Buscam ainda, receber créditos do chamado

'mercado de carbono' sob o argumento de que a plantação de eucalipto capta em seu período de crescimento, uma quantidade de dióxido de carbono. Mas se o eucalipto é cortado em 7 anos, o que acontece? Isso certamente é apenas mais uma estratégia para gerar mais lucros e tentar limpar a sua imagem e realidade ameaçadora.

E diante disso, as mulheres seguem na luta pelo direito à terra e ao território! Pelo direito à vida! Contra a todas as formas de racismo, de opressão e de exploração!

Por Ivonete Gonçalves, CEPEDDES – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul/Ba, e-mail:cepedes@cepedes.org.br

[index](#)

- A Stora Enso ganha dinheiro perpetrando crimes ambientais

Em 20 de abril, a gigante sueco-finlandesa da indústria florestal Stora Enso realizou sua reunião anual de acionistas em Helsinki, onde apresentou seus planos de distribuição de porção dos lucros obtidos em 2010: 817,4 milhões de euros.

Para esse momento, Amigos da Terra Internacional, os grupos brasileiros MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e Cepedes (Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia), a organização finlandesa Amigos dos Sem Terra Finlândia e a organização internacional WRM (Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais) advertiram que os ganhos da Stora Enso foram obtidos à custa de violar leis ambientais, do trabalho e penais na América Latina.

No Brasil e no Uruguai, sozinha ou junto com outras, a empresa é responsável por crimes ambientais. As monoculturas de árvores em grande escala da Stora Enso para a produção de celulose têm provocado o deslocamento de comunidades locais e são um fator causador da erosão do solo e da escassez de água. A concentração de milhares de hectares de terras para a cultura do eucalipto constitui uma ameaça para a segurança alimentar e é causa de miséria para milhões de pessoas sem terra.

No Uruguai, a Montes del Plata –uma empresa formada pela Stora Enso e a chilena Arauco- é o maior terratenente do país, com 238.000 hectares de terra, e tem estado pressionando as autoridades nacionais para reclassificar terras agrícolas e para criação de gado próximas a sua nova fábrica de celulose, para obter 100.000 hectares mais para destiná-los a novas plantações florestais.

No Brasil, a Veracel –empresa conjunta da Stora Enso e da companhia brasileira Fibria- é acusada de crimes ambientais (desmatamento ilegal e uso inadequado de praguicidas), violações aos direitos do trabalho, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e corrupção. Também tem despejado brutalmente mulheres e crianças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do movimento Via Campesina, que ocuparam várias plantações da Stora Enso como resposta à fome e a pobreza.

“Em lugar de trazer desenvolvimento, a Stora Enso causa conflitos pela terra e ameaça a soberania alimentar. Um verdadeiro desenvolvimento sustentável promove a agricultura em pequena escala para alimentar as pessoas e não plantações em grande

escala para obter benefícios para as empresas. Não se pode comer eucalipto! disse Durão Marcelo Fernández, do MST.

O comunicado à imprensa completo está disponível em inglês em:
<http://maanystavat.fi/index.php?cat=82&aid=9&lang=fi&mstr=2>

[index](#)

MUDANÇA CLIMÁTICA

- As vozes de mulheres nas negociações sobre Mudança Climática

Neste mês uma nova rodada de negociações das Nações Unidas sobre mudança climática foi celebrada em Bangcoc- a primeira reunião depois da conferência de Cancun em dezembro passado. Muitos assuntos chaves pendentes com os quais não houve acordo em Cancun deviam ser negociados nessas conversas.

Em um contexto em que as alternativas foram de mal a pior, grupos de mulheres ergueram suas vozes para clamarem veementemente por soluções reais.

A organização GenderCC denunciou (1) que "...os compromissos dos países desenvolvidos continuam evitando sua responsabilidade histórica, a forte confiança em soluções falsas e arriscadas e outras atividades pendentes para evitar a atual crise climática." Como exemplo, a 'energia limpa' "ainda inclui hidrelétricas em longa escala, apesar de seu longo histórico de deslocamentos forçados das comunidades do Mekong e de outras áreas, a degradação dos fluxos de rios e da biodiversidade, desconsiderando as 'salva-guardas' das agências de financiamento particularmente as que os bancos multilaterais de desenvolvimento adotaram" Também salientaram o perigo dos projetos REDD plus que incluem "soluções falsas que podem levar à disputa maliciosa por recursos e a gerar perigo, deslocamento e desempoeiramento".

Um grupo de mulheres de organizações sociais e grupos de mulheres da região Ásia-Pacífico exigiu (2) "compromissos reais, ousados, urgentes e sensíveis ao gênero pela justiça climática!" Teresita Vistro, Referente na Questão de Mudança climática no Asia Pacific Forum on Women, Law and Development (APWLD). alertou que "pessoas pobres, especialmente mulheres nas áreas rurais e urbanas propensas ao desastre têm enfrentado o agravamento das dificuldades no seu cotidiano por causa da mudança climática. Elas são as primeiras vítimas desses desastres climáticos". Após quase duas décadas de conversas, os países industrializados que são os maiores responsáveis pela atual crise climática irrespetaram "a primazia dos interesses COMERCIAIS em seus países por sobre as vidas e o bem-estar dos povos ao longo do planeta, mais especialmente sobre as mulheres e crianças pobres", afirmou Frances Quimpo da People's Action on Climate Change (PACC) e do Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas (ICAE). E ela acrescentou: "o aquecimento global está afetando a todos os continentes agora e é a maior parte do mundo- os pobres- que estão pagando o custo mais alto com suas próprias vidas".

O movimento camponês La Via Campesina exortou em Bangcoc (3) que "todos os

governos defendam a justiça climática e apoiem as soluções e exigências populares elencadas no Acordo dos Povos de Cochabamba que defende os direitos dos povos e da Mãe Terra e é uma solução concreta para a crise climática" enquanto "reitera seu pedido por uma solução concreta e genuína para a mudança climática de forma sustentável como é a agricultura familiar e em pequena escala. Muitos estudos têm provado que a agro-ecologia não apenas irá alimentar o mundo como também irá esfriar o planeta.

Numerosas ONGs enviaram uma carta (4) à Secretária mexicana de Assuntos Exteriores, Patricia Espinosa, e à Secretária Executiva da UNFCCC, Christiana Figueres questionando o Fundo Verde do Clima (GCF)- aparentemente estabelecido para responder às necessidades urgentes e direitos de povos e comunidades em todo o Sul- pelo envolvimento dos bancos de desenvolvimento multilaterais bem com do Banco Mundial como fiduciário temporário. As organizações basearam sua oposição na "experiência passada de impactos devastadores sociais e ambientais provocados pelas atividades e políticas dessas instituições, e seu contínuo papel de financiadores da destruição climática. A despeito da crise climática e econômica, o Banco Mundial continua financiando projetos de combustíveis fósseis a uma taxa alarmante, promovendo falsas soluções para a crise climática e usando instrumentos de financiamento que aumentam a dívida dos países em desenvolvimento. O Banco Mundial, portanto, não é adequado para aconselhar no desenho de um fundo que precisa garantir justiça e efetividade no financiamento de longo prazo baseado nos princípios de integridade ambiental, equidade, desenvolvimento sustentável e democracia", e além disso é " capaz de responder às necessidades urgentes e direitos dos povos e comunidades do Sul"

Artigo baseado em informações obtidas de:

(1) "Still A Frozen Pie: GenderCC on the Bangkok Intersessional Meeting 2011", GenderCC press statement, April 7, 2011, <http://www.gendercc.net/metanavigation/press.html>

(2) "Decommission the Fukushima nuclear plants and nuclear plans all over the world", Asian Rural Women's Coalition (ARWC) Resolution Adopted on 30 March 2011 in Chennai, India, During the Conference on 100 Years of Women's Resistance: Rights, Empowerment and Liberation, <http://www.asianruralwomen.net>

(3) "La Via Campesina opposes the inclusion of agriculture in carbon markets", La Via Campesina Press Release, April 11, 2011, http://www.viacampesina.org/en/index.php?option=com_content&view=article&id=1064:la-via-campesina-opposes-the-inclusion-of-agriculture-in-carbon-markets-&catid=48:-climate-change-and-agrofuels&Itemid=75

(4) "Global Civil Society Wary of World Bank Role in New Funds", April 5, 2011, http://www.rm.org.np/index.php?option=com_content&view=article&id=117%3Aglobal-civil-society-wary-of-world-bank-role-in-new-funds&catid=17%3Apress-release&Itemid=99&lang=en

- “Florestas em exaustão”: um novo ardil para subsidiar as plantações de monoculturas de árvores

“Florestas em exaustão” surge de uma controvertível proposta do Brasil sob as negociações da UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática) em Poznan. O interesse do Brasil de alterar o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para incluir as “Florestas em exaustão” é que permitiria ao MDL outorgar créditos sob o Protocolo de Kyoto para projetos de reflorestamento em terras de florestas que têm sido exploradas excessivamente até ficar “exauridas”, e sem dinheiro adicional dos créditos de carbono, não seriam replantadas.

No entanto, não se trata de florestas, mas de plantações de árvores, uma atividade econômica principal no Brasil e em outros países do Sul. De fato, a Diretoria Executiva do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo concordou na definição de “floresta em exaustão” como “uma área de terra que continha floresta (sic) – estabelecida através da plantação, da sementeira e/ou da promoção induzida pela atividade humana de fontes naturais de sementes – em 31 de dezembro de 1989 e/ou na data de começo da atividade do projeto.” (<http://unfccc.int/resource/docs/2009/cmp5/eng/16.pdf>)

Isso tem a maior implicação que o MDL pode subsidiar as plantações de monoculturas de árvores no Sul, onde elas já são muito rentáveis, através de créditos outorgados sob o Protocolo de Kyoto, como projetos de reflorestamento em terras previamente plantadas que têm sido exploradas demais até ficar “exauridas”.

Em sua 33ª sessão realizada em Cancun em dezembro de 2010, o Órgão Subsidiário de Assessoria Científica e Tecnológica (SBSTA) da Convenção Quadro sobre Mudança Climática (FCCC) convidou as Partes e admitiu organizações observadoras para apresentar ao secretariado, até 28 de março de 2011, suas opiniões sobre as implicações da inclusão do reflorestamento de terras com florestas em exaustão como atividades de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo de florestamento e reflorestamento.

Como organização que há tempo que defende as florestas e os povos dependentes das florestas em suas lutas para garantir seus meios de vida contra ameaças como, por exemplo, plantações de monoculturas de árvores com fins industriais, o WRM apresentou os seguintes pontos principais de preocupações sobre a definição da Diretoria de ‘florestas em exaustão’ e o que supostamente aconteceria com essas ‘florestas’, bem como a proposta para incluir atividades de reflorestamento como possível atividade de MDL em terras que não continham ou continham ‘florestas em exaustão’:

“1. De acordo com sua descrição de ‘florestas em exaustão’, essas supostas ‘florestas’ podem incluir monoculturas de árvores industriais. Em nosso trabalho de apoio às comunidades locais atingidas por essas monoculturas, aprendemos que essas monoculturas de árvores não têm nada a ver com as florestas. A única semelhança é que as duas contêm árvores. No entanto, enquanto as florestas oferecem uma grande variedade de benefícios nutricionais, espirituais, água, medicina e outros benefícios para os povos das florestas, as plantações de árvores industriais são chamadas de “desertos verdes” pelas comunidades locais, pelo fato de que não oferecem qualquer benefício, e a vida está totalmente ausente dentro das fileiras idênticas de árvores

dessas monoculturas que têm apenas um objetivo: fornecer madeira para a indústria. O fato de que até a FAO ainda considera as plantações de árvores industriais como florestas, tem tido consequências dramáticas para milhares de comunidades no Sul e tem favorecido os interesses da indústria. No entanto, durante os passados anos, muitos acadêmicos, funcionários do governo, representantes de diferentes organizações sociais e ambientais, etc. se têm oposto à definição da FAO. O fato de que a UNFCCC opte por manter a definição da FAO é perturbadora e tende a perpetuar e criar novos conflitos no mundo inteiro entre a expansão das companhias de plantação e as comunidades locais.

2. Essa nova proposta permite que as companhias de plantação de árvores apresentem um projeto de MDL para qualquer uma de suas plantações, sejam plantações existentes ou novas. O que temos aprendido da prática é que as companhias que começaram suas plantações bem antes de 1989 sempre têm tido suficiente apoio financeiro e recursos para manter suas atividades até agora e a evidência principal disso é que as principais companhias sempre têm estado replantando suas áreas; especialmente no Sul global onde esta atividade é extremamente rentável, o que tem levado a um processo de que as companhias de plantação de árvores do Norte estão em um processo de transferir suas atividades para o Sul Global, onde podem obter mais lucros. Portanto, esta atividade não pode ser considerada como 'adicional'. Pelo contrário, fica claro que o que a indústria está objetivando é um outro subsídio para um setor já muito rentável.

3. As monoculturas de árvores industriais de eucaliptos, pinus, dendezeiros e seringueiras causam muitos impactos negativos, apesar do discurso da indústria de que é um setor 'sustentável e renovável'. Os estudos anexos (1) mostram às claras que essas plantações têm severos impactos sobre a distribuição da terra, expulsando pessoas direta e indiretamente de suas terras. As plantações em grande escala têm grandes impactos sobre a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos e vários estudos científicos sobre o assunto também estão disponíveis publicamente. As companhias plantadoras precisam aplicar pesticidas que afetam o solo, a biodiversidade e os trabalhadores. Esse tipo de atividade agrícola cria 10 a 15 vezes menos empregos em comparação com a produção agrícola em pequena escala e a maioria dos trabalhos são perigosos e relativamente mal remunerados. As mulheres são relativamente mais atingidas pelas monoculturas de árvores industriais. E também a expansão dessas monoculturas continua sendo um dos importantes impulsionadores diretos e indiretos do desmatamento, o que significa de fato a emissão de ainda mais carbono para a atmosfera.

4. E finalmente, mas extremamente importante: sejam plantações ou sejam florestas, nenhuma dessas áreas de árvores plantadas é capaz de garantir uma contribuição estrutural e duradoura para mitigar o aquecimento global, porque, entre outras razões, as emissões de carbono decorrentes do desmatamento podem ser quimicamente idênticas a aquelas provindas da queima de combustíveis fósseis, mas as duas são climatologicamente diferentes. O carbono liberado do desmatamento não aumenta a quantidade total de carbono intercambiado entre a atmosfera, os oceanos, os solos, as florestas, etc. O carbono liberado dos combustíveis fósseis, de outro lado, aumenta esse depósito de carbono da superfície.”

(1) Isto faz referência ao documento que foi enviado para a CMNUCC com parte da pesquisa realizada pelo WRM a respeito dos impactos das plantações de monoculturas de árvores, e que pode ser lida em inglês em http://wrm.org.uy/actors/CCC/Letter_to_the_SBSTA.pdf

[index](#)

POR UMA DEFINIÇÃO DA FLORESTA

- Vamos dar voz à floresta!

Desde o WRM temos denunciado durante muito tempo a definição de floresta da FAO. Acreditamos que, de fato, é uma causa indireta de desmatamento. Ao considerar as florestas como simples “áreas medindo mais de 0,5 hectares com árvores maiores que 5 m de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar esses parâmetros in situ”(*) permite que as monoculturas industriais de árvores sejam consideradas como florestas. Assim, com esse “disfarce” de floresta, as monoculturas industriais de árvores se espalham pelo mundo todo, em muitos casos deslocando florestas reais.

Neste Ano Internacional das Florestas temos a intenção de desafiar a definição de florestas da FAO, que tem graves consequências para as florestas do mundo, já que é tomada como referência por muitos organismos internacionais. Para isso, tentaremos elaborar diferentes ferramentas que visem a conscientizar sobre este problema. Tentaremos também que a construção dessas ferramentas seja participativa.

Agora nos propomos que animação que postamos em nossa página na web no começo do ano (<http://www.wrm.org.uy/bosques.html>) possa estar disponível em múltiplas línguas e múltiplos sites da Internet. Se possuírem um site na web, um blog, uma conta de Facebook ou qualquer outro meio de difusão, adotem e compartilhem, distribuam e usem esta animação!

Convidamos vocês a traduzir o breve texto da animação, que transcrevemos a seguir, e a enviar essas traduções. À medida que essas traduções forem chegando, postaremos em nosso site as novas versões da animação.

O texto a ser traduzido é:

*Há um urso-polar, mas não é o pólo
Há água e há peixes, mas não é o oceano
Há muitas árvores, mas não é uma floresta*

*Imagina substituir os pólos com isto?
E substituir os oceanos com isto?*

*A definição de “floresta” da FAO permite
Que sejam substituídas florestas com isto*

*As plantações não são florestas
Vamos definir as florestas por seu verdadeiro significado*

Conte para o mundo o que significa a floresta para você

As traduções, bem com outras idéias ou sugestões para esta campanha deverão ser enviadas para forest@wrm.org.uy

(*) FAO, Avaliação dos recursos florestais mundiais, mundiais, 2010

[index](#)

ARTIGOS NÃO DISPONÍVEIS EM PORTUGUÊS

- India: Ravaged Landscape, Devastated People - Tales of Hydro Power CDM projects in Himachal Pradesh

India continues to be one of the 'hottest' locations for carbon 'offset' projects despite the global carbon market slump: as of now, about 1700 projects claim to have achieved emission-reduction, and hence eligibility to sell carbon credits. Large Indian corporations control most of these projects irrespective of sector and geographical location, and instead of cleaning up the atmosphere the projects almost uniformly pollute people's lives and the environment.

Hydro-power projects are prominent in India's Clean Development Mechanism (CDM) kitty: 176 Dam projects in various parts of India have applied for CDM status. More than half of these are in the Himalayas, perhaps the biggest ones. The tiny state of Himachal Pradesh to the North of the India alone hosts 55 projects.

How clean are these 'clean' projects? Most of the CDM projects in Himachal Pradesh have led to direct and indirect displacement of local people and triggered of disastrous environmental impacts: around the project areas mudslides have become more frequent, water table is going down, and perennial springs are drying up. The wholesale damming of important rivers and dam builders' ownership control over river water inevitably mean less or no water for river valley agriculture. Besides, there are socio-cultural impacts: large number of outsiders flocking to the hitherto closeted mountain villages and irreversibly disturbing the fabric of community life.

In Himachal Pradesh, a paradise of rich biodiversity and beautiful mountain landscape, there is a plan to set up more than 850 hydroelectric projects. With loans from agencies like the Asian Development bank and the World Bank, these projects are being established with huge infrastructures involving many private sector companies. The story repeats itself from one project to another: tall promises of village development and plentiful jobs for the locals during the time of land acquisition, all conveniently forgotten once the project works start.

People living in Sawra Kuddu in Shimla District of Himachal Pradesh are angry with the hydroelectric project (111 MW) on the Pabbar River: "We have lost everything to the project and yet have not even given any decent compensation". The Dam badly affects several villages where digging of tunnels through mountainsides have made the entire area unstable and yet people living in these villages do not fall under the PAP (project affected people) category. Villagers of Bhadot have been living in constant fear of their village collapsing because of such a tunnel right beneath their village. This area

witnessed massive devastation caused by an earthquake few years back: the huge boulders in the mountain still threaten to tumble down anytime. People here equate the tunnel underneath with a ticking time bomb that can explode any moment. The villages on the banks of the river had to bear the brunt of the heavy construction work: the dust and muck affected the production of cash crops like apple, pear and peach.

The environmental clearance to the project was given in 2007 but local residents say that work began much before the clearance in 2004, which means that the project is clearly non-additional ['additionality' refers to the condition that a project should only be eligible for carbon credits if it would not go forward without the benefits it receives from these credits]. The project will inundate 45 villages in 9 Panchayats (local self-government) and the government claims (evidently falsely) that all project-affected people have been compensated.

By far, the largest among registered CDM hydro projects, the Allain Duhangan Hydro Electric Project (2 x 96 MW) in Kullu district is expected to generate around 4.94-million Certified Emission Reductions (CERs), a type of 'carbon credits'. The project is built on two tributaries of the Beas River: Allain and Duhangan, both are surrounded by biodiversity-rich alpine forests and meadows. The project, funded by the World Bank, had its environmental impact assessment in 1996. The central electricity authority gave the 'in-principle' techno-economic clearance only in 2002.

In a glaring display of non-additionality, the Environment and Social Impact Assessment for the project done in May 2003, states (page 7) that "The project would be one of the cheapest sources of power generation in the Northern Region as compared to alternative of thermal and nuclear generation." Why should a project that is supposed to be the cheapest source of power be even considered for CDM credits that are supposed to help make relatively unviable projects viable?

The entire project area is fortified and anyone who wants to go in has to take permission from the company. The local people have their orchards and villages inside. Though access to the area has become easier now because of the road built by the company, no other benefit has come from the company. The locals who live inside the project area describe how their livelihood is affected as outsiders are not allowed to come in. Most of them earn a living from tourism as it is an area known for skiing and trekking. The project work has already destroyed most of the pristine meadows and forests in the locality.

The Hydro Electric Power Project by Sutelj Jal Vidyut Nigam (SJVN) Ltd located at Rampur is a 412-MW project on the Sutelj River. Huge tunnels are being built: the Local Area Development Authority (LADA) is implementing the project and has given construction contracts to large private companies. More than ten thousand people were affected and 220 families already lost fertile lands to the project; the statutory public hearings were held as a matter of formality in 2005 as only 125 people attended it from among a population of at least 15 thousand. The entire mountain landscape has turned into huge dumps of muck and dumping yards for raw materials or machines. The locals no longer have access to the project area.

People raised their voices against the projects although there has been no organized resistance. In June 2010, the local residents of Averi village had staged a demonstration

demanding compensation for damages caused by the construction work. The protests were met with severe brutalities – physical violence – by police who did not spare the young girls and women either.

An area which was once a self-sustained economy, the state of Himachal Pradesh is hit by the skewed notion of 'development'. It is hard to find a place without an earth-moving machine digging the earth – to build a dream that caters to the rich and the powerful sitting somewhere else. The CDM projects signify neither cleanliness nor development: at least for the local communities they constitute an unmitigated curse.

By Soumitra Ghosh, e-mail: soumitrag@gmail.com, and Mamata Das, e-mail: mamata_dash@yahoo.com, National Forum of Forest Workers and Forest People, India.

[index](#)

- Philippines: A call to stop mining in Palawan

SAY NO to mining in Palawan Province, the home of the best-conserved and most ecologically diverse forest in the Philippines. Sign the on-line signature petition to deliver a strong message to the Philippine and Palawan governments demanding for an immediate stop of ongoing and pending mining activities in Palawan and for the non-endorsement of new mining applications. Here is the link to the petition launched by the Save Palawan Movement: <http://www.intellithink.com.ph/wordpress/>

Palawan is home to three main ethnic groups: The Palawan, the Tagbanua and the Batak. The southern part of the main island, where most mining activities are concentrated, is also inhabited by vulnerable indigenous communities living in partial isolation (see video: <http://tinyurl.com/4x4lrc6>). Their livelihood is based on 'swidden' [rotational] cultivation, hunting and gathering, and commercial collection of Non-Timber Forest Products (NTFPs).

Today the areas being threatened by mining activities also include indigenous burial grounds, sacred and worship sites. The local inhabitants perceive the destruction of these historical and natural landmarks as an obliteration of their history and collective memories of the past.

Until now Palawan indigenous communities are the traditional custodians of a unique biodiversity, which also includes 49 animals and 56 plant species, which are globally threatened with extinction, according to IUCN (The International Union for the Conservation of Nature).

Open-pit and strip mining for nickel results in the flattening of mountain tops, in the plundering of precious forest, in the production of vast amounts of tailings that contaminate fresh water sources and the sea.

In less than one decade, mining could obliterate a highly diverse landscape, which is the only source of livelihood and cultural sustenance for hundreds of indigenous and rural communities. (see video: <http://tinyurl.com/4227xbg>).

In 1990, because of its rich biocultural diversity, Palawan was declared by the UNESCO as a 'Man and Biosphere Reserve'. In spite of this, the Philippine Government is favoring the intensification of mineral exploitation on the island, thus jeopardizing the livelihood of both indigenous communities and farmers. As of now, the Palawan Council for Sustainable Development (PCSD) - the provincial government body in charge of ensuring the sustainable development of the island - has failed to fulfill its mandate and has already released environmental clearances (EC) to mining corporations (see <http://tinyurl.com/3nlpdab>).

Mining companies such as MacroAsia, Ipilan Nickel Mining Corporation and LEBACH have entered protected zones and indigenous cultivated land where they have already excavated test-pits and made deep drilling-holes. This is particularly prevalent within the uplands of Brooke's Point Municipality (see 'geotagg' report: <http://tinyurl.com/3vend4z>). Overall, joint 'geotagged reports' by ALDAW and the Center for Biocultural Diversity (CBCD) of the University of Kent, clearly show that exploration activities have been allowed in "Core" and "Restricted" zones despite all rules and regulations engraved into the Strategic Environmental Plan (SEP), also known as Republic Act 7611.

The SEP Programme was highly funded by the European Union, which has also invested 17 million Euros in the 7-year special project known as the Palawan Tropical Forestry Protection Programme (PTFPP). However, many of the alleged project beneficiaries still complain that most of the money was used to pay disproportionately high salaries to foreign consultants, project directors/managers and government officials and that, ultimately, the project has left behind little tangible evidences of its success.

Sadly, the European Union remains another silent witness of the Palawan tragedy.

Further south, Rio Tuba Nickel Mining Corporation (RTNMC) has already built roads across the Bulanjao mountain range, thus undermining the integrity of one of the most precious biodiversity hotspot in southern Palawan (see video at <http://tinyurl.com/4yjr47c>, and 'geotagged' report: <http://tinyurl.com/4ye2fgm>)

Corporations such as Citinickel, Berong Nickel and other mining companies partnering with the Canadian MBMI group represent an additional threat to Palawan forest (see: <http://tinyurl.com/2f7zwvr>)

The political squabbles underlying the mining saga on Palawan Island are also detected in the ambiguous behavior of the National Commission on Indigenous Peoples (NCIP) – the official government body in charge of protecting the rights of tribal communities. The NCIP Palawan Provincial Office has bluntly violated all required procedures leading to transparent and genuine Free Prior and Informed Consent (FPIC) processes, siding instead with the mining companies.

After intense pressure from human rights and environmental groups such as the Rainforest Rescue, the UNESCO has finally made an attempt in looking into the Palawan case. On 18 February 2011, UNESCO Director General (DG), Irina Bokova, has forwarded a letter of concern on the mining threats in Palawan to the Secretary of Foreign Affairs, Chairman of the National Commission of the Philippines for UNESCO. The letter is requesting the said institution to provide a comprehensive report to UNESCO on the mining situation in the Palawan Biosphere Reserve, and additional

information on the current and future mining activities on the core zones of the biosphere reserve.

Recently, on 25 March, UNESCO DG also visited the Philippines, meeting with President Benigno Aquino and commending him for “his strong commitment to education and sustainable development” (see: <http://tinyurl.com/3b4cmvn>). Indeed, this is quite ironical since the newly appointed Philippine President is replicating the mining aggression policy of his predecessor, and – until now – his commitment to environmental and human rights issues has been rather weak. President Aquino explained to UNESCO DG that a total ban on mining would be counterproductive, as it would open the way to small, unregulated mining. The argument, according to which, commercial 'regulated' mining will avoid the proliferation of 'unregulated' mining is a non-sense, also in view of the fact that, in Palawan, there is already a 25-year moratorium on small-scale mining, passed by the Provincial Board on November 2008. However, this moratorium is not enough to prevent large-scale mining corporations from plundering the Island.

Recently, the struggle to Save Palawan has reached momentum after the ominous murder of environmental campaigner and radio journalist Gerry Ortega on 24th January (see <http://tinyurl.com/4s4lf9r>). Together with ALDAW and other members of the Save Palawan Movement, Alyansa Tigil Mina (ATM), the largest anti-mining advocacy network in the Philippines (<http://www.alyansatigilmina.net/>) is playing a major role in bringing the Palawan case to national and international attention.

By ALDAW Indigenous Network (Ancestral Land/Domain Watch), email: aldaw.indigenousnetwork@gmail.com

[index](#)

– Cameroun : les plantations de palmier à huile visent les terres communales

Le continent africain est devenu la cible des grandes entreprises et des pays puissants pour satisfaire leurs besoins industriels en tant que fournisseur de matières premières. Cela a provoqué un fort accaparement de terres, auquel s'est ajouté ces dernières années, dans de nombreux pays africains, l'accaparement destiné aux plantations industrielles de palmier à huile.

Or, les plantations industrielles de palmier à huile ne sont pas nouvelles dans certains pays d'Afrique. Le livre électronique du WRM, *Le palmier à huile en Afrique : le passé, le présent et l'avenir* (http://wrm.org.uy/countries/Africa/Palmier_a_huile_en_Afrique.pdf), donne un aperçu de la manière dont elles ont été encouragées depuis l'époque coloniale :

« Là où il croît naturellement, le palmier à huile apporte depuis des siècles aux populations locales de nombreux avantages : de l'huile de palme, des sauces, du savon, du vin, des engrais (cendres), des toitures (feuilles), des matériaux de construction (troncs), des médicaments (racines). Aujourd'hui encore, tous ces usages traditionnels du palmier à huile représentent une partie importante de la culture africaine dans les pays où croît le palmier.

Quand les puissances européennes envahirent le continent, elles comprirent tout de suite qu'elles pouvaient tirer profit du commerce de noyaux et d'huile de palme, obtenus d'abord dans les palmeraies naturelles, puis dans de grandes plantations, grâce au travail forcé ou en situation d'esclavage et à l'appropriation des terres des communautés.

Le système des plantations dans les terres communales fut renforcé après l'indépendance ; il s'agissait maintenant d'entreprises étatiques accompagnées de grandes usines de traitement industriel.

Les politiques d'ajustement structurel imposées aux gouvernements africains par la Banque mondiale et la SFI dans les années 90 aboutirent à la privatisation de la plupart de ces complexes industriels et à la reprise du contrôle de la production d'huile de palme par des sociétés étrangères.

Tout au long du processus que nous venons de résumer, le système traditionnel, qui consiste à récolter les fruits dans les palmeraies naturelles ou semi-naturelles et à les transformer en huile de palme par des procédés manuels, réussit à coexister avec les différents systèmes centralisés mis en place par les gouvernements et les entreprises.

Depuis quelques années, l'expansion des plantations industrielles a un autre objectif que la production d'huile comestible : celui de produire des agrocombustibles, sous la direction d'un grand nombre de transnationales qui souhaitent investir dans la région. »

Le Cameroun n'a pas échappé au boum des agrocombustibles. Il possède déjà plus de 76 500 hectares de plantations industrielles de palmier à huile, mais le gouvernement prévoit de donner en concession de vastes étendues de terre pour en créer davantage.

Sime Darby, le géant malais du palmier à huile, vise aussi le continent africain pour s'élargir. L'entreprise a déjà reçu en concession 220 000 hectares au Libéria pour une période de 63 ans, et elle négocie maintenant une concession de 300 000 ha au Cameroun.

Au cours d'une interview du magazine *The Ecologist*, Samuel Nguiffo, du Centre pour l'environnement et le développement (CED) a dit à propos de l'affaire de Sime Darby que « même si seules les forêts dégradées sont concernées, il existe le risque probable que l'on prenne aux communautés locales leurs terres agricoles ». Il a ajouté que « les forêts naturelles dégradées sont situées à proximité des villages ; elles sont considérées comme des terres traditionnelles et comme une 'réserve' pour l'expansion future des terres agricoles communales. Cependant, selon la législation de l'État (qui est celle qui prévaut), ce dernier est propriétaire d'une partie du territoire et gardien du reste. L'entreprise malaise [Sime Darby] passera donc un accord avec l'État, et non avec les communautés, mais il prendra ce que les communautés considèrent toujours comme leur terre traditionnelle, d'après leur coutume ».

En outre, la société nord-américaine SG Sustainable Oils (SGSO) prévoit de faire une plantation de palmier à huile de 30 000 hectares dans une zone de la Région Sud-Ouest adjacente au Parc national de Korup et à la Réserve forestière de Rumpi Hills, et une autre, de 40 000 ha, à l'est de la première et adjacente au Parc national Bakossi et

à la Réserve de faune de Banyang Mbo.

La SGSO est associée à Herakles Farms (une société nord-américaine filiale de la Herakles Capital Corp) et à Sithe Global (une compagnie nord-américaine qui participe à la construction du barrage de Bujagali en Ouganda et au projet hydroélectrique d'Amaila au Guyana). Sithe Global appartient à 80 % au groupe Blackstone qui est une des principales sociétés d'investissement du monde. Sithe Global a été fondée en 2004 par Bruce Wrobel, qui est aussi le fondateur de Herakles Capital Corp. Ces compagnies partagent la même adresse postale new-yorkaise que celle de l'ONG All for Africa, elle aussi fondée par Bruce Wrobel et par d'autres, en partie pour contribuer à soutenir et à financer le développement de Herakles et de Sithe Global dans le secteur du palmier à huile. En collaboration avec ces deux compagnies, All for Africa a lancé une campagne censément destinée à réduire la pauvreté en Afrique grâce à la plantation de palmiers. Ils affirment que ce développement des plantations de palmiers à huile se fera de façon responsable à l'égard de la société et qu'il sera en plus respectueux de l'environnement.

Le WRM a contacté un groupe de chercheurs nord-américains qui travaillent au Cameroun avec quelques organisations locales que ce projet inquiète profondément. Les chercheurs ont envoyé une lettre à All for Africa et à Sithe Global, leur recommandant vivement de fournir des informations complètes sur le projet qui risque d'avoir des conséquences terribles pour l'environnement et la société. Parmi d'autres questions, la lettre mentionne les problèmes suivants :

« La plantation de palmier à huile bouleversera la situation économique et sociale de plus de 30 villages (plus de 3 000 personnes). Leur culture et leur mode de vie sont étroitement liés aux forêts qui fournissent à ces villages de l'eau propre, des aliments et d'importantes sources de revenus. La plupart des villageois dépendent fortement de l'agriculture pour nourrir leurs familles et gagner de l'argent. On ne sait pas comment ils seront indemnisés pour la perte de leur forêt et de leurs fermes. Certains documents suggèrent que les villages seront réinstallés, ou bien autorisés à rester sur place mais entourés de palmiers à huile.

À ce jour, la SGSO a fonctionné sans scrupules. Les habitants de plusieurs villages ont découvert des équipes de la SGSO qui démarquaient des terres, délimitaient des sections et plantaient des poteaux sans autorisation. Des lettres de plaintes concernant la SGSO ont été adressées aux représentants du gouvernement ; elles décrivaient les réunions informelles que la SGSO avait eues avec les élites villageoises et tribales, où ces dernières avaient donné leur soutien à l'initiative sans avoir consulté la population.

En fait, la démarcation originelle de la plantation empiétait sur les titres et les droits existants concernant la forêt, dont 2 500 ha de forêt communale, 5 415 ha de forêt municipale, 132 ha du Parc national Bakossi, et 6 000 ha dans la zone-tampon du Parc national Korup. Il a fallu que de nombreuses personnes et organisations portent plainte pour que les limites prévues soient changées. »

Des chercheurs des États-Unis qui travaillent au Cameroun nous ont informés que, quelques semaines plus tôt, les jeunes d'un des villages qui seront directement touchés par la plantation de palmier à huile avaient menacé un bulldozer de la SGSO quand il était entré dans le village pour y établir une pépinière de palmiers à huile. La

majorité du village s'oppose à l'initiative parce qu'elle leur ferait perdre leurs forêts et les obligerait, soit à se retrouver entourés de palmiers à huile, soit à se réinstaller ailleurs. Le chef du village a été contacté par des représentants de la SGSO ; il a accepté de céder des terres communales pour que la plantation puisse se faire, mais il l'a fait sans le consentement des habitants. À présent, il y a énormément de conflits internes dans ce village, et la même chose risque d'arriver dans tous les villages concernés par la plantation.

En plus des implications sociales de cette plantation de palmier à huile, les chercheurs signalent que la plupart de l'étendue proche du Parc national Korup où la plantation est proposée est une forêt dense, mûre, à la canopée élevée, et que le reste est une mosaïque de forêts, agro-forêts, terres agricoles et établissements humains. Des études sur la forêt et sur la chasse ont montré que cette zone est habitée par des chimpanzés et des mandrills en danger et qu'elle hébergerait aussi d'autres espèces animales menacées. Elle serait en outre une route de migration importante pour l'éléphant des forêts, qui fréquente le parc Korup et la réserve de Rumpi Hills. La plantation de palmier à huile éliminera un habitat important d'espèces menacées et, en plus, elle isolera ces espèces à l'intérieur de zones protégées. De ce fait, ces zones attireront davantage de chasseurs de viande de brousse, et les conservateurs seront mal équipés pour y porter remède.

De façon générale, les chercheurs nord-américains affirment que « si ce projet de plantation se poursuit, il risque d'avoir des conséquences négatives considérables et de longue durée pour la culture, la société et l'économie des villageois concernés qui, à l'heure actuelle, sont harcelés pour qu'ils vendent leurs forêts. En outre, les forêts du Sud-Ouest du Cameroun représentent un bastion pour de nombreuses espèces endémiques et menacées. Cette plantation de palmier à huile détruira des écosystèmes et des habitats indispensables à ces espèces et sera catastrophique pour la faune des zones protégées voisines ».

Article fondé sur des informations tirées de la publication du WRM « Le palmier à huile en Afrique : le passé, le présent et le futur », et du magazine The Ecologist, http://www.theecologist.org/News/news_analysis/823928/palm_oil_giants_target_africa_in_land_grab_following_indonesia_deforestation_ban.html.

[index](#)

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor en jefe: Winfridus Overbeek

Redactora responsable: Raquel Núñez Mutter

Apoyo editorial: Ana Filippini, Elizabeth Díaz, Flavio Pazos, Teresa Perez

Secretaria Internacional del WRM

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay

tel: 598 2413 2989 / fax: 598 2410 0985

wrm@wrm.org.uy - <http://www.wrm.org.uy>

